

Pagamento da PAE



Magistrados têm direito consolidado e passarão a receber valor referente à PAE em parcelas mensais incluídas nos contracheques. AMPB trabalha agora na busca da ampliação desses valores, tendo instituído, Comissão de orçamento (foto) que avalia, com o auxílio de um especialista em contas públicas, o orçamento do Judiciário paraibano, no intuito de estudar medidas destinadas ao direcionamento dos gastos do TJPB, possibilitando, inclusive, a apreciação do remanejamento de valores para saldar essa dívida que o Tribunal tem para com os magistrados, além de outras prioridades no que diz respeito às condições de trabalho da magistratura e desenvolvimento do Judiciário.

Pag. 4

Planejamento 2010

Conheça nesta edição as metas estabelecidas para o trabalho institucional deste exercício. Membros da diretoria executiva detalharam objetivos juntamente com integrantes dos conselhos fiscal e deliberativo, coordenadorias regionais e departamentos.

Pag. 6



Curso de tiro

Pag. 3

Substituição de desembargadores

Pag. 3

Carnaval 2010

Encarte

Caros (as) colegas, Início este espaço informando que podemos comemorar a consolidação de mais um direito. Após quase um ano de trabalho institucional voltado para o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência, conseguimos que o Tribunal de Justiça o efetue através de parcelas mensais, no valor de R\$ 1.700 (mil e setecentos reais). O principal objetivo já foi atingido, que é o reconhecimento do direito e a sua efetivação, porém, nossa entidade continuará na luta pela ampliação desse repasse, sugerindo ainda o pagamento de parcelas intercaladas, sobretudo porque há colegas cujo montante do crédito é muito significativo.

Infelizmente a equipe financeira do TJ deixou de incluir recursos no orçamento de 2010, sem qualquer justi-

ficativa, que fossem suficientes para o pagamento da PAE, o que gerou uma série de dificuldades técnicas. É preciso uma maior atenção e cuidado na formulação do orçamento e sua discussão com a magistratura, para evitarmos dificuldades na própria gestão, afinal, é por meio do orçamento que nós elegemos as prioridades de uma administração, por isso, tanto a AMB quanto a AMPB desenvolvem, este ano, todo um trabalho direcionado ao orçamento participativo, para construção de um novo Judiciário.

Este é outro ponto que quero tratar neste espaço, solicitando aos colegas que respondam o questionário "Orçamento Participativo", ferramenta da campanha "Gestão Democrática do Judiciário", que vem sendo desenvolvida por nossa entidade nacional. AMB. O questionário pretende coletar dados e informações para subsidiar a elaboração do

orçamento do Poder Judiciário a partir das necessidades das unidades jurisdicionais, dando subsídios para o estímulo de uma gestão democrática de nosso Poder. Os colegas podem acessar o questionário através do site www.amb.com.br, também segue, junto a esta edição de nosso informativo, um exemplar impresso do questionário.

Informo que esta edição também apresenta matéria sobre nosso Planejamento 2010. Confira quais as metas estabelecidas pelos componentes de nossa diretoria, coordenadorias e departamentos para este ano de atividade institucional. Algumas delas já estão sendo colocadas em prática, como a realização de cursos, a continuação da reforma de nossa sede de Iazer, a luta pela PAE, entre outros exemplos citados neste informativo. Boa leitura!

À sua disposição
Antônio Silveira
Presidente da AMPB

Expediente

Declaração de utilidade pública pela Lei nº 2.756, de 05 de janeiro de 1962. Publicação no DOE em 09/01/62
BIÊNIO: 2008/2010:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Juiz Antônio Silveira Neto
Vice-presidente
Juiz Sivaldo Torres Ferreira
1º Secretário
Juiz Marcos Coelho de Sales
2º Secretário
Juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior
1º Tesoureiro
Juiz Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
2º Tesoureiro
Juiz Leila Cristiani Gomes de Freitas e Sousa

CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro
Juiz José Benedito Lima Lobo
2º Membro
Juiz Fábio José de Oliveira Araújo
3º Membro
Juiz Ramonilson Alves Gomes
4º Membro
Juiz Alexandre José Gonçalves Trindade
5º Membro
Juiz Manoel Maria Antunes de Melo

SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro
Juiz Francisco Neri Pereira
2º Membro
Juiz José Gutemberg Gomes de Lacerda
3º Membro
Juiz Fabiano de Sousa Queiroz
4º Membro
Juiz Thana Michelle Carneiro Rodrigues
5º Membro
Juiz André Almeida Dantas

CONSELHO FISCAL

1º Membro
Juiz Edmundo Rodrigues Alexandre
2º Membro
Juiz Manoel Gonçalves Dantas de Alencar
3º Membro
Juiz Cláudio Pinto Lopes

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º Membro
Juiz Edilson Medeiros Silva
2º Membro
Juiz Geraldo Paulino Costa
3º Membro
Juiz Anna Maria do Socorro Hilário L. Felício

Home-page: www.amb.org.br

Produção Editorial:

Jaqueline Medeiros dos Santos
DRT-PB 1253

Diagramação:

Luciene Maria Cantalice

Colaboradores desta edição:

Journalista Renata Félix
Professor Vinícius
Juiz Marcos William

Os artigos assinados publicados neste jornal não refletem necessariamente o entendimento da AMPB, sendo de total responsabilidade de seus autores.

Março

03 José Gutemberg Gomes de Lacerda
04 Janimar Gonçalves Melo
05 Jorge Ribeiro da Nóbrega
06 José Orlando S. Machado
07 Vadenberg de Freitas Rocha

08 Cláudia Evangelina C. Fide Franca

11 Andressa Torquato Silva

13 Giuliana Madruga Batista de Souza

14 Luiz Pereira Diniz

14 Eduardo José de Carvalho Soares

15 Renata da Câmara Pires Belmont

15 Gustavo Procópio B. de Melo

16 Anyfrancis Araújo da Silva

16 Henrique Jorge Jíceme de Figueiredo

16 João Batista Vasconcelos

16 Antônio Rudmicy F. Sousa

18 Érica Tatuana S. Amaral Freitas

19 Luiz Gonzaga Brandão

21 Silvana Carvalho Soares

21 José Célio de Lacerda Sá

22 Gilson Farias de Araújo

22 Sílvia José da Silva

23 Almir Carneiro Fandoca Filho

24 Onildo Cavalcanti Farias

25 Raphael Carneiro Arnaud

26 Leandro dos Santos

26 Nilson Bandeira do Nascimento

26 José Luciano Gadelha

27 Ely Jorge Trindade

28 Antônio Pinto Sobrinho

29 José Xavier de Oliveira

29 Gutemberg Cardoso Pereira

30 Creuza Beltrão Moreira (pensionista)

Abril

04 Lilian Fransinetti Cardoso C. Moreira

05 Severino Ramos Pereira

07 Lua Yamaoka Mariz Maia

07 Virgínia de Lima Fernandes Montez

08 Maria das Graças Moraes Guedes

09 Antônio Sérgio Lopes

09 Daniela Falcão Barbosa Azevedo

11 Ruy Lima de Melo

12 Ruy Formiga Barros

14 Osneival dos Santos Costa

15 Adilson Fabrício Gomes Filho

15 Curialano Dias de Sá

16 Paulo Roberto Régis de O. Lima

16 José Gomes Varela

16 Audrey Krany Araruna Gonçalves

16 Márcio Murilo da Cunha Ramos

17 Max Nunes de França

18 Silve Maria Nóbrega Torres

18 José Gomes dos Santos

18 Firmo Justino de Oliveira

19 Helena Alves de Souza

19 Anna Maria do Socorro H. Lacerda

20 Deborah Cavalcanti Figueiredo

24 Renilda de Araújo Santos Fernandes (pensionista)

23 Ricardo da Costa Freitas

24 João Machado de Souza

24 Ruy Jander Teixeira da Rocha

26 Carlos Martins Beltrão Filho

26 Flávia de Souza Baptista Rocha

26 José Martinho Lisboa

27 Antônio Maroja Limeira Filho

28 Francisco Martins de Oliveira

29 Leila Cristiani C. de Freitas e Sousa

30 Luzenira de Almeida Ramalho (pensionista)

Objetividade

CNJ anula Resolução do TJPB sobre substituições de desembargadores

Em sessão realizada no dia 09 de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça julgou parcialmente procedente o PCA nº 200910000062593, impetrado pela Associação dos Magistrados da Paraíba no intuito de impedir os efeitos da resolução nº 13/09 do TJPB. A resolução, segundo a AMPB, não detalhou os critérios a serem utilizados para substituição dos desembargadores, ferindo, assim, o princípio da impessoalidade dos atos administrativos, previsto na Constituição Federal. O Tribunal estava convocando os juizes para substituírem os desembargadores apenas por indicação do substituído.

O CNJ resolveu, por unanimidade, anular a resolução do TJPB, determinando que se edite novo ato, desta vez contemplando critérios objetivos e também a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, conforme solicitado pela Associação.

O relator do PCA, Conselheiro José Adonis Calou de Araújo Sá, declarou em seu voto que o TJPB estava desconsiderando, nas substituições, os critérios objetivos

necessários à garantia da impessoalidade. Disse, ainda, que a resolução que estabelece critérios objetivos para a promoção de juizes editada pelo TJPB é insuficiente e precisa ser revista.

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, acompanhou a votação, em Brasília. Para Silveira, a decisão do CNJ restabelece o princípio da impessoalidade dos atos administrativos, impedindo de forma definitiva a possibilidade do desembargador indicar quem seria o juiz que iria lhe substituir: "Essa é mais uma vitória do movimento associativo que visa tornar os procedimentos internos de escolha mais transparentes e objetivos", afirmou Silveira.

A entidade já havia encaminhado ofício à presidência do TJPB, em março de 2009, sugerindo formas de disciplinamento de substituição de desembargadores e a modificação da resolução que foi anulada. A AMPB levou em consideração a determinação do CNJ contida na Resolução 17/06 que trata da substituição de membros dos Tribunais.

Oportunidade

Curso de tiro para magistrados em abril

Os magistrados associados à AMPB que tenham interesse em participar de curso de tiro que será oferecido pela entidade no próximo dia 17 de abril (sábado), às 9 horas, em stand localizado em Santa Rita (PB), devem inscrever-se para o evento na sede administrativa da entidade ou através de telefone (3513-2000) ou e-mail (ampb@ampb.org.br).

A AMPB enviará e-mail ao magistrado, confirmando sua inscrição. Ao todo, serão oferecidas 20 (vinte) vagas, caso a procura supere a oferta, será realizado sorteio ao final do dia 13 de abril.

As armas e munição serão disponibilizadas para os participantes. A proposta do curso é fazer uma demonstração da arma "Glock .380", usada como prioritária em mais de 650 polícias do mundo inteiro, e reconhecida por



sua resistência.

O curso será ministrado em parceria com a Polícia Militar da Paraíba. A teoria e a prática serão ministradas pelo Capitão Pablo Nascimento da Cunha. Os participantes receberão um certificado para registro de porte de arma e habilitação para a Polícia Federal responsável pela autorização de aquisição de porte de arma.

Para Silveira, "este é mais um evento seguindo o programa da entidade no sentido de possibilitar a capacitação dos juizes em todas as áreas, como também cumpre decisão firmada durante o Planejamento 2010 da AMPB", disse o magistrado.

AMPB requer nova carteira para magistrados

Em ofício encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado (protocolo nº 274.069-69, de 25/02), a Associação dos Magistrados da Paraíba solicitou a elaboração de uma nova carteira de identificação dos magistrados, nos moldes do Decreto-Lei nº 9.739/46 e com validade em todo território nacional.

Segundo a AMPB, as carteiras emitidas pela Secretaria de Recursos Humanos do TJPB atualmente não atende aos requisitos legais, além de ocasionar dificuldades na identificação da autoridade judicial perante órgão da administração pública, em especial aeroportos.

Para Antônio Silveira Neto, representante da magistratura paraibana, o documento "precisa ser elaborado de modo a garantir uma correta identificação do magistrado, com validade em todo território nacional e ainda com a menção da prerrogativa de porte de arma", justificou.

Associados podem acompanhar gastos mensais da atual gestão

Em 2010, os filiados à Associação dos Magistrados da Paraíba podem contar com mais transparência em relação ao movimento financeiro da entidade. A diretoria implantou novo sistema de prestação de contas, além do balanço contábil que é divulgado neste boletim informativo, disponibilizando demonstrativo de receitas e despesas mensalmente na área restrita do site www.ampb.org.br.

No quinto dia útil de cada mês, o associado terá acesso à toda movimentação financeira da AMPB do período anterior. Um quadro detalhará, uma a uma, despesas e receitas, informando, ao final, o quantitativo do caixa da entidade.

É importante frisar que o demonstrativo será visível apenas na área restrita do site, portanto, o associado só acessará após efetuar "login". Caso ainda não tenha acesso à área restrita, o magistrado deve cadastrarse no próprio site, bastando informar CPF e matrícula para gerar um login e uma senha.

Identificação

Transparência

Pagamento da PAE será em parcelas mensais

No último dia 05 de março, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, assinou determinação ao setor financeiro para que se pague a PAE em parcelas mensais no valor de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais), já a partir deste mês de março, a magistrados da ativa e aposentados.

O juiz Antônio Silveira Neto, presi-

dente da AMPB, informa, porém, que a entidade continuará na luta pela ampliação desse repasse, sugerindo ainda o pagamento de parcelas intercaladas. "Sobretudo porque há colegas cujo montante do crédito é muito significativo", afirma Silveira.

Quase um ano. Este foi o tempo necessário para se consolidar o direito

da magistratura paraibana referente ao recebimento da Parcela Autônoma de Equivalência. Ainda há alguns Estados cujos Tribunais não pagaram a PAE, como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Ceará, Sergipe e Roraima.

Veja um breve histórico da luta associativa em busca da consolidação de mais esse direito de seus associados:

10 de março de 2009: AMPB requer pagamento de PAE não realizado a magistrados da PB entre 1994 e 2006 (requerimento - protocolo nº 255.768-I, de 10/03/08) ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior.

30 de julho de 2009: Desembargador Ramalho Júnior recebe diretoria da AMPB. Acerca do assunto já existe parecer favorável da assessoria da presidência e, na oportunidade da reunião, Sílvio Ramalho determinou o encaminhamento do assunto para a coordenação financeira.

29 de agosto de 2009: Magistrados paraibanos reúnem-se em assembleia e deliberam que a diretoria da AMPB está autorizada a negociar os valores devidos junto à presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. "A negociação se dará, então, na renúncia dos juros e correção monetária e a divisão dos valores em parcelas, a fim de viabilizar o pagamento da PAE", explicou Silveira. "Esperamos o pronunciamento do TJPB para encaminhar nossa reivindicação à PBPREV, beneficiando também os colegas aposentados", afirmou Silveira.

08 de setembro de 2009: Governo e TJ discutem o orçamento de 2010. AMPB participa da reunião e cobra recursos para pagamento da PAE.

25 de setembro de 2009: Pleno faz sessão extraordinária. AMPB apresenta decisão proferida pelo CONSELHEIRO FELIPE LOCKE CAVALCANTI (PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 200910000046782, impetrado pelo TJPE), esclarecendo definitivamente o assunto: "a questão já foi decidida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que determinou a aplicação da Lei 8.448/92 aos seus membros, reconhecendo, portanto, o direito à percepção da de-

nominada parcela autônoma de equivalência pelos integrantes da magistratura. Por outro lado, não há qualquer dúvida a respeito do direito à percepção da Parcela Autônoma de Equivalência por todos os juizes, uma vez que, a magistratura é nacional e todos estavam alcançados pelo regime remuneratório estabelecido pela Lei 8.448/92, regidos, naquele momento, pelo disposto nos artigos 37, XI e 39, § 1º, da Constituição Federal, conforme sua redação vigente à época".

20 de outubro de 2009: em reunião com a AMPB, presidente do TJPB diz que pretende iniciar pagamento da PAE em dezembro.

19 de novembro de 2009: AMPB apresenta sugestões para orçamento 2010 do TJ – O elemento "despesas de exercícios anteriores" (3.1.90.92) está com valor aquém do esperado e inferior ao estabelecido no orçamento de 2009, necessitando de um incremento na ordem de R\$ 6.000.000,00, para fazer face às despesas a serem pagas aos magistrados que tiveram, por decisão do pleno do TJPB, o direito ao pagamento da PAE.

26 de novembro de 2009: integrantes da diretoria da AMPB e associados da entidade acompanham na ALPB a votação da rubrica orçamentária que suportará as despesas com o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência. Antes da votação, juizes estiveram em permanente contato com os membros da ALPB, com o intuito de viabilizar o projeto de lei que muda o orçamento do Judiciário para remanejamento da rubrica de despesas de exercícios anteriores, que foi aprovado pelos deputados.

01 de dezembro de 2009: Presidente do Tribunal de Justiça faz consulta ao CNJ sobre a PAE – No requerimento, o presidente indaga se o fato da magistratura ser nacional poderia afastar o prazo prescricional e se é lícito o pagamento.

04 de dezembro de 2009: CNJ arquivou recurso do presidente do TJ da Paraíba contra direito dos juizes - o conselheiro Felipe Locke do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - determinou o arquivamento definitivo da consulta do presidente do TJPB sobre a PAE ao inadmitir o recurso contra a sua decisão monocrática final que indeferiu o pleito da presidência de reanálise de uma questão já apreciada pelo CNJ.

09 de dezembro de 2009: a presidente em exercício do TJPB, desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, determinou o pagamento da PAE aos juizes e desembargadores da ativa, aposentados e pensionistas, incluindo na folha do mês de dezembro o pagamento da primeira parcela.

19 de janeiro de 2010: em reunião realizada com membros da AMPB, o des. Ramalho Júnior informou que determinaria ao setor financeiro do TJPB a elaboração de calendário para pagamento da PAE.

22 de janeiro de 2010: a AMPB continua vigilante e requer ao TJPB elaboração de um calendário de pagamentos, inclusive pleiteando que a segunda parcela seja incluída no contracheque de fevereiro.

22 de fevereiro de 2010: com a definição de datas para pagamento da PAE, apesar da cobrança incessante da AMPB, o assunto é tratado no Planejamento 2010 da entidade, definindo-se pela criação da Comissão de Orçamento da AMPB e contratação de um especialista na área contábil para auxiliar suas discussões. O objetivo da comissão é avaliar o orçamento do Judiciário, para respaldar as discussões da AMPB com o TJ a respeito da gestão do orçamento público, bem como do pagamento de direitos, como a PAE, e direcionamento de investimento dos recursos.

05 de março de 2010: Presidente do TJ determina pagamento da PAE em parcelas mensais no valor de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais), já a partir deste mês de março, a magistrados da ativa e aposentados.

Nota Pública a respeito da atuação da Justiça Eleitoral – leia íntegra de posicionamento da AMPB a respeito de declarações de políticos paraibanos a respeito da Justiça Eleitoral da Paraíba. A Nota foi publicada em diversos veículos de todo o Estado:

A Associação dos Magistrados da Paraíba - AMPB, entidade representativa dos magistrados paraibanos, considerando notícias veiculadas por órgãos da imprensa relativas a declarações de políticos paraibanos sobre a negociação de decisões judiciais por troca de apoios a partidos políticos, vem se manifestar nos seguintes termos:

1 - A Justiça Eleitoral da Paraíba é reconhecida e respeitada nacionalmente pela sua eficiência e rigor na condução das eleições, equilíbrio e imparcialidade de seus julgamentos, não se admitindo que seja alvo de acusações genéricas e sem qualquer suporte fático.

2 - É lamentável que alguns atores do

cenário político tentem envolver a Justiça Paraibana em conflitos político-partidários, acusando-a de ser instrumento de barganha. Tanto o Tribunal de Justiça da Paraíba quanto a Justiça Eleitoral, formados por desembargadores e juízes, exercem seu papel na democracia brasileira voltados para a aplicação da Lei e da Constituição, com isenção e independência.

3 - A desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti é uma magistrada de carreira, que ingressou no Poder Judiciário paraibano por meio de concurso público, com 25 anos de vida profissional, sempre se pautando com independência e coragem, de forma que a Associação dos Magistrados da Paraíba repudia as infundadas acusações que lhe

foram lançadas por segmentos político-partidários.

4 - A Associação dos Magistrados da Paraíba rechaça o ocorrido, pois gestos como esses só contribuem para o desprestígio das instituições democráticas, fomentando a descrença da população nos poderes constituídos e espera que prevaleça o respeito ao Poder Judiciário e a seus juízes, com resguardo da justiça, da ordem democrática e da independência da magistratura.

João Pessoa, 5 de fevereiro de 2010.

Juiz Antônio Silveira Neto
Presidente

Defesa do Associado

Juíza conscientiza população através de audiências públicas

Lyva Mozart Bezerra Soares Moura, magistrada titular na cidade de Serra Branca, realizou no último mês de dezembro, no município sede da comarca e em Coxixola, Parari e São José dos Cordeiros, audiências públicas para conscientizar a população sobre assuntos de interesse da coletividade. Lyva segue o exemplo de muitos juízes, percebendo que o papel do magistrado vai além de dar despachos e sentenças, demonstrando práticas inovadoras em busca de uma prestação jurisdicional efetiva.

Segundo a magistrada, a ideia de realizar as audiências "surgiu a partir da constatação de que nas comarcas que possuem termos judiciários, os jurisdicionados vivem muito distantes da Justiça, especialmente porque se tratam de cidades de pequeno porte em que a maioria dos cidadãos possui baixo poder aquisitivo, o que reduzindo em dificuldade de transporte, por exemplo", verificou Lyva. Além disso, revelou a juíza, "pelo fato de permanecer a maior parte do tempo no ambiente forense, o juiz acaba por se distanciar da realidade local, ficando completamente alheio aos problemas que afligem a sociedade na qual está inserido".

Os assuntos abordados nas audiências

foram dirigir sem habilitação; entregar veículo a pessoa inabilitada, especialmente menoridade; velocidade; negligência; omissão de cautela na guarda ou condução de animais e som em excesso. Os eventos contaram com a participação da juíza, de integrantes do Ministério Público, da polícia militar, conselhos tutelares, do Executivo local e representantes de entidades sociais.

Segundo a juíza, o momento também foi de esclarecimentos acerca das sanções e penalidades dos assuntos em pauta. Para Lyva, as deliberações foram de grande valor para a sociedade, providências cabíveis para solução de problemas enfrentados nos municípios foram tomadas, além disso, afirma a magistrada, vale destacar a presença maciça da população ao evento.

A magistrada realizou ainda, visitas aos conselhos tutelares, os quais apresentaram requerimentos diversos, tais como melhoria na estrutura física da sede do Conselho, ajuste dos vencimentos, transportes, incorporações de diárias e tais solicitações foram atentamente observadas pelos respectivos gestores, os quais justificaram algumas e tomaram medidas a fim de sanar equívocos e omissões.

Em Serra Branca, a audiência ocorreu no dia 1º de dezembro de 2009, no Fórum Promotor Genival Queiroz Torrealba; no dia seguinte, foi a vez dos municípios São José dos Cordeiros e Parari, que realizaram o evento, respectivamente, no auditório do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e no Clube Municipal; já a população de Coxixola recebeu a audiência pública no dia 9 de dezembro, no Ginásio de Esportes do município.

"A oportunidade foi bastante enriquecedora. Conhecer de perto a realidade em que estão inseridos estes jurisdicionados, a dificuldade de transporte (o acesso a todos os termos é por meio de estradas de terra), implica em uma postura de maior comprometimento. A experiência leva a refletir, por exemplo, do prejuízo que gera a redesignação de uma audiência. Ademais, pode tomar ciência de alguns problemas graves, tais como ausência de policiamento e segurança pública extremamente deficitária, razão pela qual encaminhei expedientes identificando o Ministério Público e outros órgãos acerca da situação", avaliou a juíza Lyva Mozart.

Além da Toga

Confira prioridades da AMPB para 2010

Em reunião realizada no dia 22 de fevereiro, integrantes da diretoria executiva da Associação dos Magistrados da Paraíba realizaram, juntamente com os integrantes dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, Coordenadorias Regionais e Departamentos, o planejamento 2010 da AMPB. Através do diálogo, os magistrados discutiram e traçaram as metas da Associação para o trabalho institucional.

As discussões iniciaram-se em torno da participação da magistratura no orçamento do TJPB. Para que a entidade possa discutir com maior aprofundamento os assuntos do orçamento com a presidência do Tribunal, foi definido no planejamento que a AMPB contrataria um especialista na área contábil para auxiliar a Comissão de Orçamento da AMPB, formada durante a reunião, composta pelos juizes Francisco Neris Pereira, Manoel Gonçalves Dantas de Abranches e Maria de Fátima Lúcia Ramalho. O objetivo da comissão é avaliar o orçamento do Judiciário, para respaldar as discussões da AMPB com o TJ a respeito da gestão do orçamento público, bem como do pagamento de direitos, como a PAE, e direcionamento de investimento dos recursos.

Ficou também definido o investimento na sede de lazer da entidade. Os magistrados decidiram pela construção da casa dos administradores do clube e de almoxarifado. A diretoria propôs ainda a implantação de cobertura no solário, mas os participantes do planejamento decidiram pela reforma na área interna dos apartamentos, com a finalidade de proporcionar mais conforto para os usuários, a exemplo da instalação de ar-condicionado nos "quartos de solteiro", dentre outras melhorias.

Outro ponto de destaque na reunião foi com relação ao XVI Encontro de Magistrados Paraibanos. O evento terá um novo formato e será realizado no Garden Hotel, em Campina Grande. A abertura do encontro será na noite do dia 3 de junho; no dia 4, ocorrerão várias atividades, que serão encerradas com um jantar exclusivo para os participantes no restaurante do hotel, ao som de muito forró; no dia 5, será oferecido um churrasco na pérgula da piscina do Garden, também animado ao som do ritmo nordestino, sempre no objetivo



de promover o conagração entre os colegas.

O juiz Leonardo Sousa começou as discussões em torno da LOJE para ele, "a visão geral sobre o documento é boa, podemos perceber muitos avanços", comentou ao citar tópicos sobre concurso público, promoção de juizes, quintos sucessivos, subsídios e diferença entre entrâncias. Silveira Neto concordou: "a LOJE avançou muito, bastam apenas alguns ajustes, sobretudo remuneratórios", disse ao lembrar que a AMPB encaminhou várias sugestões para a comissão responsável pela reforma do texto da Lei.

Com relação às atividades voltadas para os associados aposentados, definiu-se pela implementação de uma atividade voltada exclusivamente para este magistrados durante o XVI Encontro da AMPB, a realização de reuniões para decidir sobre assuntos de seus interesses, e a continuação das ações pela volta dos aposentados à folha de pagamento do Judiciário.

Definiu-se ainda pela realização de cursos de orçamento, treinamento de tiro, continuação de eventos culturais na sede de lazer, como "lual" nas noites de sextas-feiras, rodas de samba aos sábados ou pagodes aos domingos. Na área de esportes, serão realizados campeonatos de tênis, havendo ainda a possibilidade de realização de eventos voltados para os filhos dos magistrados, como mini campeonatos de futebol, além de dar-se continuidade a ações solidárias, como a realizada no final de 2009, a campanha "Natal beneficente da magistratura". Com relação ao projeto de viagens da AMPB, cuja primeira atividade será a viagem para o Chile, em 31 março de 2010, os participantes da reunião sugeriram a realização de um Cruzeiro para os magistrados ainda este ano.

Durante o evento, o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, aproveitou a

oportunidade para mostrar as conquistas institucionais da entidade durante 2009, originadas a partir do planejamento ocorrido no início daquele exercício. "Conseguimos avanços históricos, como a PAE, anuênios, ATS, evoluímos com relação aos precatórios, sugerimos pontos para a reforma da LOJE, nas promoções e remoções por merecimento conseguimos o respeito aos quintos sucessivos, ampliamos nossas ações culturais, entre outros", enumerou Silveira.

Por fim, o representante da categoria agradeceu a participação de todos, considerando "a reunião muito proveitosa, com uma participação boa de todos os que compareceram ao planejamento 2010 da AMPB", disse. "Isso é muito bom para a mesa diretora, para referendar nossa atuação e guiar nossas atividades através de sugestões enriquecedoras", completou. José Bonifácio Lima Lobo, juiz aposentado, participou da reunião e também achou o evento muito benéfico: "notamos o interesse dos associados pela participação no plano administrativo da AMPB para este ano e, com esse incentivo, a direção coletou sugestões e informações precisas para uma administração mais proveitosa".

Outros assuntos foram tratados, como segurança e condições de trabalho. Foi acertado que a AMPB visitaria comarcas do interior colhendo sugestões para atuar no sentido de exigir melhores estrutura física, equipamentos, sistemas de informática e ampliação de assessoria e apoio.

Ainda ficou definida a implantação de sistema de informática de cadastro de associados e, para acesso ao Clube, serão emitidas carteiras de identificação para associados e dependentes.

Após a reunião, realizada em auditório do Hotel VerdeGreen, na capital paraibana, os participantes foram convidados a almoçar na Churrascaria Sal e Brasa.

Comissão de Orçamento reúne-se com especialista em contas públicas

No último dia 04 de março, os juízes Josivaldo Félix de Oliveira, Francisco Neris Pereira, Manoel Gonçalves Dantas de Abrantes e Maria de Fátima Lúcia Ramalho participaram de reunião, realizada na sede administrativa da AMPB, com o contador Neuzomar Silva, especialista em contas públicas. Os magistrados compõem comissão criada durante o Planejamento 2010 da AMPB, com o objetivo de avaliar o orçamento do Judiciário, para respaldar as discussões da Associação com o TJ a respeito da gestão do orçamento público, bem como do pagamento de direitos, como a PAE, e direcionamento de investimento dos recursos.



A reunião ocorreu na sede da AMPB

O especialista esclareceu os magistrados a respeito da política de orçamento, dos gastos e receita do TJPB, explicando, a partir do valor orçamentário, quanto e como se pode remanejar valores. A comissão pretende conhecer melhor o orçamento do Tribunal para poder definir prioridades

da gestão da AMPB, no que se refere a sugestões que a entidade possa passar para o TJPB, no intuito de melhor organizar os gastos públicos do Judiciário.

Outro objetivo da AMPB é que se faça cumprir a resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça, a fim de se elaborar um

orçamento participativo que venha refletir as prioridades e estratégias de todos os integrantes do Poder Judiciário e, assim, contribuir para uma Justiça mais célere, eficiente e de qualidade. No final do ano de 2009, a entidade encaminhou sugestões para o orçamento 2010 do TJPB.

Gestão Democrática – O Questionário “Orçamento Participativo”, uma das ações da campanha Gestão Democrática do Judiciário, lançada pela AMB, já está disponível na página da entidade. O questionário é destinado a traçar um

perfil das prioridades orçamentárias da magistratura de primeiro e de segundo graus. Os formulários serão recebidos até 15 de abril. As informações colhidas vão contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos magistrados e dos servidores, e, consequentemente, da

prestação jurisdicional. A campanha Gestão Democrática do Judiciário, que tem por objetivo estimular os magistrados a participarem da elaboração do orçamento e da gestão do Poder Judiciário, foi lançada em outubro de 2009 pela AMB.

Avaliação

Divulgação de nomes de juízes prolatores nas publicações de acórdãos

Requerimento

Em ofício protocolado sob nº 274.438-4, de 03/03/2010, encaminhado à presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, a Associação dos Magistrados da Paraíba solicitou que nos acórdãos publicados no Diário da Justiça passem a conter o nome do juiz prolator da

sentença confirmada ou reformada, bem como que se faça constar tal informação nas matérias jornalísticas do TJPB.

Segundo o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, “o objetivo de se adotar essa nova sistemática é valorizar e incentivar o trabalho dos juízes de 1º grau”, justificou.

O pleito foi requerido a partir da

observação dos acórdãos contidos no Diário da Justiça e de matérias da assessoria de comunicação do TJPB que deixam de informar dados como a vara de origem do processo e o respectivo magistrado prolator da sentença, sobretudo nos casos de cobertura jornalística dos julgamentos do Tribunal.

SEM P.A.E. E SEM M.A.E.

m.william*

Já se foi um tempo em que os juízes eram criaturas divinas e referidas no Antigo Testamento como a justiça de Deus!

Talvez, após vinte e tantos anos de magistratura, cabelos a menos e graus a mais, eu possa verdadeiramente avaliar o que representa um magistrado para a consumista de agora. Antes, minha visão era paradoxalmente miope porque movida a sonhos e idealismos. Agora, curtido no caldo e na gorda, "couro de pisar fumo", como diria um amigo imortal, encaro a realidade nua e crua de uma classe jogada às traças...

Adaptamo-nos a exercer a mendicância orçamentária, nas mãos de governos díspares e vários, mas de uma monocórdia administrativa delirante e burra.

Hoje, de míseros mendigos judicantes, fomos promovidos – por merecimento – à classe dos destituídos de Direitos, embora dizê-lo pra os outros seja a nossa única e verdadeira missão.

Nega-se a conversão de férias em pecúnia, limita-se o pagamento de diárias aos colegas do interior verdadeiras bolas de flipperama no jogo das Comarcas vagas, onde jurisdição é

sinônimo de onipresença.

Nega-se direitos a horas extras, nos feriados, domingos e agora noite à dentro, trabalhadas num expediente forense do tamanho da vontade das resoluções, impondo-se uma humilhante postura de alerta à disposição e atendimento imediato dos bêbados urbanos que, por tomarem uísque importado, não podem esperar o expediente do dia seguinte à sua homérica carraspana, no chão imundo de uma cela comum! (Chamam a isso de prestação jurisdicional permanente)

Sonega-se o pagamento de precatórios por anos e anos sem que nenhuma voz se alevante contra tal crime!

E quantas vezes já não mandamos à jaula quem sonega apenas alguns reais de pensão alimentícia...

Veja-se, com boa vontade e sem demagogia institucional, a situação de quem passa toda a vida recolhendo parte do seu salário à previdência e depois de ser carcomido pela função, ao invés de receber a esmola, a que faz jus, continua o desconto infinito, para saciar as ratazanas da politichal, e encher cuecas, meias e paletós dos nossos representantes diretos...

É triste, diria até desolador, o que se

faz hoje contra a magistratura.

Depois de todo o calvário, o infeliz da balança se aposenta. Perde logo quase a metade do salário que recebia quando estava na ativa e continua a descontar a previdência, impedido de advogar na comarca onde julgou, por três anos!

E sabem por quê?

Porque lhe pesa sobre os ombros a pecha de corrupto, para não influenciar os mais novos a sentenciarem em seu favor, as causas que abraçar. (e aí os mais novos indiretamente serão também pechados).

Que situação!

Aos setenta e quatro anos, é um mero candidato à Boa Sentença ou se for cliente lucrativo dos planos de saúde, vira um zumbi, a assombrar as reuniões, proferir palestras sobre Direito Ultrapassado Moderno, receber medalhas e homenagens bocejantes, pagando micos pelas suas manias, suas momices, e seus tiques...

Se fizerem a maldade de aumentar pra setenta e cinco o limite de idade para a aposentadoria compulsória, passarão a brincar de advogar aos setenta e oito e, aos oitenta, receberão fichas para receberem o PAE...eterno!

* juiz de direito

Espaço Associado

AMPB e Sindifisco reúnem-se para tratar de precatórios

PEC 62/2009

Em reunião realizada na sede administrativa da AMPB, no último dia 15 de março, o juiz Antônio Silveira tratou com o presidente do Sindifisco-PB, Manoel Isidro dos Santos Neto, sobre a questão dos precatórios do Estado. Eles discutiram as novas regras do regime de pagamento assumidas pelo Estado. Manoel Isidro se colocou à disposição para colaborar no intuito de acompanhar o fiel cumprimento do

decreto publicado na edição do dia 09 de março do Diário Oficial, que obedece à proposta de emenda constitucional (PEC) 62/2009, que entrou em vigor no mesmo dia.

Antônio Silveira e Manoel Isidro atuarão em defesa dos interesses de ambas as categorias. Ainda ficou acordado durante a reunião que os promotores de Justiça também serão chamados para discutir o assunto, através da APMP – Associação Paraibana do Ministério Público.



Investimento

Sede de lazer terá novas melhorias

Conforme deliberado no Planejamento 2010 da AMPB, a diretoria executiva dará início às obras de construção do caseiro da sede de lazer da entidade. O projeto, encomendado ao arquiteto Rui Rocha, já foi definido, avaliado e aprovado pelos membros da diretoria e pelos moradores do imóvel. Anexo à residência haverá uma secretaria, um depósito e um arquivo morto. As obras devem ser iniciadas ainda neste mês de março. Veja abaixo projeto do imóvel:



Congresso

Com o apoio da AMPB, será realizado nos dias 25, 26 e 27 de março, o Congresso Brasileiro de Direito Civil, Processo Civil e Constitucional. A AMPB sorteará 10 (dez) inscrições entre seus associados. O Congresso tem a coordenação geral do jurista Donato Henrique Francinaldo Tavares, se encerrará com a entrega de certificados a todos os participantes e terá a carga horária de 25 horas/aula. O evento acontecerá no Teatro Paulo Pontes, no Espaço Cultural.

Prata da casa

A juíza Maria Coeli Nobre Silva lançou, no último dia 19 de março, o livro Justiça de Proximidade (Restorative Justice), Editora Juruá. Durante o evento, realizado no Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, a magistrada recebeu familiares e colegas de magistratura para uma sessão de autógrafos.

Sorteados

A AMPB contemplou os juizes Ricardo Vital, Ivanoska Esperia, Higena Simões e Ramonilson Alves (ENM) para as vagas disponibilizadas para a entidade paraibana no I Congresso Internacional da AMB, que ocorrerá no Canadá, de 7 a 17 de setembro de 2010. A AMPB arcará com o valor da inscrição dos contemplados.

Convênio

Com o objetivo de oferecer oportunidade de aperfeiçoamento e atualização a seus associados, a AMPB firmou convênio com a Escola Superior de Direito Constitucional - ESDC, de São Paulo (SP). Pioneira no ensino do Direito Constitucional, a instituição oferece cursos de curta duração à distância (online) e também cursos de especialização. Através do convênio AMPB/ESDC, os magistrados paraibanos terão um desconto de 20% em todos os cursos oferecidos pela Escola e, além disso, a cada semestre, haverá o sorteio de duas bolsas integrais para os cursos de pequena duração.

Interiorização

Durante os meses de fevereiro e março, o presidente da AMPB realizou visitas a comarcas do Brejo, Borborema e Cariri paraibano, acompanhado do juiz aposentado Francisco Neris, membro do Conselho Deliberativo da entidade. Antônio Silveira conversou com os juizes a respeito das condições de trabalho e colheu sugestões para o aprimoramento do funcionamento do Judiciário, bem como colheu propostas para a atuação da AMPB. Silveira continuará realizando as viagens nos próximos meses, para chegar a outras regiões do Estado.

Céleres

Nova mesa diretora do TRE-PB toma posse

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) empossou, na sessão extraordinária do dia 09 de março, a mesa diretora para a gestão 2010, em que foram nomeados o presidente Genésio Gomes Pereira Filho, o vice-presidente Manoel Soares Monteiro e o corregedor eleitoral Carlos Neves da Franca Neto. A solenidade foi prestigiada por várias autoridades do Estado.

Após o juramento do termo de compromisso feito pelos novos empossados, o secretário geral do TRE-PB, Anésio Moreno, leu o termo de posse, que foi assinado e seguido pelo



discurso de agradecimento do novo presidente, Genésio Gomes Pereira Filho.

"O nosso objetivo é de que a Justiça Eleitoral se desenvolva cada vez mais,

não apenas para processar votos. É imprescindível, sobretudo, o desenvolvimento em favor da educação cívica e política do povo", ressaltou o novo presidente, em seu discurso de posse.

Ao final de seu discurso em agradecimento, o desembargador Genésio Gomes Filho declarou: "Para mim é uma satisfação tê-los como companheiros. Assumir a presidência desta Egrégia Corte Eleitoral é uma grande realização profissional".

*Informações e foto: Ascom/TRE-PB

Eleitoral

Campina Grande sediará 16ª edição do encontro de magistrados

Garden

Conforme definido no Planejamento 2010 da AMPB, o XVI Encontro de Magistrados Paraibanos ocorrerá entre os dias 3 e 5 de junho, no Garden Hotel, na cidade de Campina Grande. Esta edição terá como tema "O Poder Judiciário numa sociedade descontente: impasses, desafios e modernização da Justiça".

A programação contará com palestras de grandes nomes do Judiciário nacional, que poderão trocar experiência e idéias com os desembargadores e juizes que atuam em nosso Estado. "Daremos um novo formato ao evento, valorizando o conagração entre os colegas e, sobretudo, aproximando mais nossas atividades do interior do Estado, realizando o encontro na capital da Borborema", comentou Antônio Silveira, representante da categoria.

AAMPB informa que já reservou previamente 40 apartamentos para o XVI Encontro no hotel que sediará o evento, Garden Hotel. Os magistrados devem confirmar presença com a secretaria da Associação, através do telefone (83) 3513-2000, para garantir sua vaga. Cada associado arcará com suas despesas de hospedagem. A AMPB disponibilizará transporte para o deslocamento dos magistrados da Capital.

Dentro da programação do evento será realizado o festejo junino da AMPB, que ocorrerá na noite do dia 4 de junho (sexta), no restaurante do Garden Hotel. No dia 5 de junho (sábado), os participantes também poderão participar de passeio ao Parque do Povo, para aproveitar "o maior São João do Mundo".

Confira abaixo a programação prévia do evento, que poderá passar ainda por modificações e ajustes:

3 de junho (quinta) - 20h - Abertura do Encontro
4 de junho (sexta):
9h - Palestra: Reforma do Processo Penal - O novo CPP
10h30 - Paine: Gestão Democrática do Poder Judiciário e Modernização da Justiça
14h30 - Palestra: Reforma do Código de Processo Civil - Anteprojeto do novo CPC
15h30: Palestra: O Direito Eleitoral após as minirreformas de 2006 a 2009
21h - Festejo Junino da AMPB - jantar no hotel Garden
5 de junho (sábado):
11h - Encerramento: churrasco na piscina do hotel Garden
20h - Passeio opcional ao Parque do Povo

8 de março

Nosso apreço pelas magistradas que atuam na Paraíba é notório, mas na passagem do Dia Internacional da Mulher, torna-se mais necessário enaltece-lo. Por este motivo, parabenizamos as mulheres que, através de sua dedicação, sensibilidade e inteligência, estão sempre a participar do que fortifica nosso Poder Judiciário. A essas batalhadoras, nossa admiração!

Uma homenagem de todos que fazem a AMPB.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB			
Balancos Patrimoniais levantados em 30/11/2009 e 31/12/2009			
ATIVOS	(R\$ 1,00)		
	30/11/09	31/12/09	
Ativos Circulantes			
Caixa e bancos	451.141	406.072	
Poupança - Bco do Brasil	92.842	63.793	
Contas a receber	95.579	51.175	
Outros ativos correntes	11.268	10.870	
Ativos correntes totais	590.630	532.010	
Ativos Fixos			
Investimentos			
Imóveis	1.025.324	1.028.324	
Móveis e Utensílios	162.426	165.391	
Veículos	36.990	36.990	
Imobilizações em andamento	0	0	
Instalações e equipamentos (Líquido)	202.416	202.381	
Ativos fixos totais	1.227.740	1.230.795	
ATIVOS TOTAIS	1.818.370	1.762.715	

PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO (R\$ 1,00)			
	30/11/09	31/12/09	
Passivo circulante			
Contas a pagar	447.143	371.427	
Obrigações sociais/tributárias	2.482	1.486	
Passivo circulante total	449.625	372.913	
Passivos totais	449.625	372.913	
Patrimônio Social	15.314	15.314	
Superávit acumulados	1.353.451	1.374.488	
Patrimônio Líquido Social total	1.368.765	1.389.802	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	1.818.370	1.762.715	

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB			
Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos			
Para o período de 1º a 31 de dezembro de 2009			
			31/12/2009
I - ORIGENS DE RECURSOS			
1. Superávit do Exercício			21.037
(*) Valor referente a baixa de veículo			0
(*) Provisão para Ajuste			0
(*) Resultado Líquido do Exerc. Futuro			0
SOMA			21.037
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS			
2. Aquisição de Veículo			0
3. Análise/Construção de Imóveis			0
4. Imobilizações em andamento			0
5. Móveis e utensílios			2.965
SOMA			2.965
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)			
			18.072
IV - VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE			
Componentes	no início	no fim	variação
Ativo Circulante	581.630	532.010	(58.620)
Passivo Circulante	449.605	372.913	(76.692)
Capital Circulante	132.025	159.097	18.072

Demonstrativo comparativo - Receitas e Despesas					
(valores em R\$ 1)			variação (%)		
RECEITAS	dez/09	nov/09	dez/09	nov/09	dez/09
Receitas de Mensalidades	97.554	88.864	95.123	7,29%	8,71%
Receitas Patrimoniais	4.250	0	8.195	100,00%	82,82%
Outras Receitas	2.774	10	15.867	198570,00%	471,89%
Total das Receitas:	94.528	88.674	119.186	34,41%	28,09%
DESPESAS					
Despesas de pessoal	23.731	14.824	26.123	78,22%	10,08%
Despesas AMB/ANAMAGES/AMA/ME	17.085	17.110	19.499	13,86%	14,06%
Despesas com administração	52.169	30.797	44.542	44,03%	14,82%
Despesas de manutenção	10.320	5.365	7.067	31,72%	31,52%
Despesas financeiras	922	389	918	135,98%	-5,43%
Total das Despesas:	104.237	68.485	98.149	43,31%	-5,84%
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	-9.709	20.189	21.037	4,20%	-316,98%

Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/12/2009 a 31/12/2009	
	R\$ 1,00
RECEITAS	
Receitas de Mensalidades	95.124
Receitas Patrimoniais	8.195
Outras Receitas	15.867
Total das Receitas:	119.186
DESPESAS	
Despesas de pessoal	26.123
Despesas AMB/ANAMAGES/AMA/ME	19.499
Despesas com administração	44.542
Despesas de manutenção	7.067
Despesas com baixa de ativo	0
Despesas financeiras	918
Total das Despesas:	98.149
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	21.037
Variação do superávit retido no balanço patrimonial	21.037

Demonstração do fluxo de caixa para o período de 1º a 31 de dezembro de 2009	
	R\$ 1,00
FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	
Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:	
Receitas	119.186
Menos variação em contas a receber	44.404
Entradas de caixa	163.590
Menos variação em contas a pagar	(75.716)
Saídas de caixa	(75.716)
Outras saídas de caixa decorrentes das operações:	
Despesas de pessoal	(26.123)
Despesas AMB/ANAMAGES/AMA/ME	(19.499)
Despesas com administração	(44.542)
Despesas financeiras	(918)
Despesas com baixa de ativo	0
Despesas com manutenção	(7.067)
Total de saídas de caixa decorrentes das operações	(98.149)
Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:	
Menos variação em impostos acumulados	(976)
Entradas: Ajustes pertinentes ao exercício social anterior	0
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	(11.281)
FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de ativos fixos	(2.965)
Poupança - Bco do Brasil	(31.151)
Variação de outros ativos circulantes	228
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(33.818)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	(45.099)

Balanco

Cabedelo (PB), 16 de março de 2010.

Dr. Juiz Romero Marcelo da Fonseca Oliveira -
Tesoreroiro

Hélio Roberto dos Santos Viégas - CT CRC/PB
003042-02

Nota

1 - A documentação pertinente à essas demonstrações encontram-se à disposição dos associados na Sede da AMPB.

Livros

Nosso futuro pós-humano. Autor: Francis Fukuyama. Editora: Rocco. O autor faz uma

advertência ao mundo: o avanço da tecnologia tem sido mais rápido que nossa capacidade de discutir a criação de instituições nacionais e internacionais que lidem com os frutos desse progresso. Francis Fukuyama fala dos avanços recentes da biotecnologia, as implicações políticas dessas novidades e de como tudo isso pode vir a afetar nossas noções de direitos humanos, do que é certo ou errado, do que é digno ou indigno. Nesta obra, ele analisa todas essas questões e propõe soluções políticas para definir a responsabilidade com que elas devem ser tratadas.

Eventos

17 de abril de 2010 – Curso de Tiro para magistrados. Clube de Tiro, em Santa Rita.

6 e 7 de maio de 2010 – Curso de atualização em Direito Constitucional, uma promoção da AMPB, em parceria com a ESMA, local de realização das aulas.

3 a 5 de junho de 2010 - XVI Encontro de Magistrados Paraibanos – Garden Hotel, em Campina Grande.

Palavra Certa

Professor TRINDADE

Não é fácil dominar o emprego do infinitivo na Língua Portuguesa; mesmo porque não há regras infalíveis para isso. Em muitas ocasiões, vale mais a estilística e a eufonia.

Há dois tipos de infinitivo: o pessoal e o impessoal. O segundo não flexiona; é invariável, como, por exemplo, na frase: "amar é sofrer", enquanto que o primeiro flexiona normalmente.

Usa-se o infinitivo impessoal:

a) Quando o infinitivo não se refere a qualquer sujeito: "É proibido fumar".

Bee Movie – A História de uma Abelha

Uma abelha no tribunal

Um tribunal não é algo se veja com muita frequência em um filme infantil – ainda mais um desenho animado. Mas há um em *Bee Movie – A História de uma Abelha* (2007), filme que fala de uma abelha que deseja descobrir como é a vida além da colmeia em que vive. Barry B. Benson conhece uma florista com quem começa uma espécie de relacionamento, mas também descobre que os humanos vendem mel em vidro – o mel que as abelhas têm tanto trabalho para fazer, sem que elas não recebam nada por isso!

Assim, Barry resolve processar toda a humanidade pelo uso indevido do mel. Evidentemente, não se trata de uma piada infantil, mas, sim, uma sátira do comediante Jerry Seinfeld (que co-escreveu o filme e dubla Benson) não só aos filmes de tribunal, mas também ao hábito americano de ver casos cada vez mais bizarros levados à corte. E aí todo um circo é armado, com duelos de advogados, testemunhas surpresas, etc.

Levar o filme para esse lado foi um toque de mestre, tendo em vista que em muitos filmes de animação os animais conversam com os humanos. No caso das abelhas, elas não se

sentiriam agredidas pela maneira como são tratadas nas fazendas de mel – um trabalho verdadeiramente escravo? Ferroadas dificilmente seriam compensação suficiente. Já o tribunal acaba se tornando uma opção lógica no universo do filme. No mundo real, a humanidade escaparia de ser processada pelas abelhas ou por outros animais?

Bee Movie tem as vozes de Jerry Seinfeld, Renée Zellweger e Matthew Broderick, além das participações divertidas de Ray Liotta e Sting na cena do tribunal. Liotta é chamado por estampar seu nome como marca de um dos fabricantes de mel. E Sting, bem, pelo uso indevido do nome que é referente ao universo das abelhas ("sting", em português, quer dizer "ferroada").



Emprego do infinitivo

b) Nas locuções verbais: Vamos ganhar a partida.

c) Quando o infinitivo exerce a função de complemento de adjetivo: São problemas fáceis de se resolver.

d) Quando o sujeito de infinitivo é pronome oblíquo tônico: Mandei-os sair da sala.

e) Quando o infinitivo tem valor de imperativo: "E Deus responde – 'marchar!'" (Castro Alves).

O infinitivo pessoal é usado:

a) Quando o sujeito de infinitivo é

diferente do sujeito da oração principal:

Não tenho culpa de me amares tanto.

b) Quando, por meio de flexão, queremos realçar ou identificar a pessoa do sujeito:

Foi uma grosseria falares desse modo com a moça.

Note que, nesse caso, o critério é estilístico.

c) Quando se quer indeterminar o sujeito. Nesse caso, flexiona-se o infinitivo na 3ª pessoa do plural:

Ouvi baterem à porta.



Banda Beleza Pura agita carnaval no Clube dos Magistrados e garante sucesso do evento

Magistrados que escolheram a sede de lazer da AMPB para passar o carnaval com a família foram recompensados com o agito e a animação da atração musical contratada pela diretoria da entidade para agitar o domingo e a terça do carnaval 2010 (14 e 16 de fevereiro). A banda Beleza Pura fez um show empolgante, fazendo todo mundo dançar ao som de grandes sucessos do axé e frevo, curtindo a festa promovida no Clube.

Magistrados e familiares se divertiram bastante, empolgados com o som animado que os integrantes da banda fizeram durante os dois shows. A diretoria agradece a todos que compareceram aos dias de carnaval promovidos no Clube dos Magistrados e fizeram uma bela festa, marcada pela alegria, segurança e conagração entre colegas.

Veja abaixo fotos do evento e confira mais no site da AMPB.



Carnaval 2010



